

**A força transformadora das epidemias e da imigração:
cidade de São Carlos-SP no final do século XIX**

Marili Peres Junqueira*

Resumo: No presente artigo será abordada a relação estreita entre a urbanização da cidade de São Carlos-SP, no final do século XIX, e as epidemias, tendo em vista também o grande aumento populacional, advindo da imigração subsidiada. São Carlos localiza-se na região central do estado de São Paulo – Oeste Cafeeiro, e teve sua economia marcada pela pujança do café e a imigração em massa no final do século XIX. O estudo de São Carlos se torna imprescindível para a compreensão da medicina social e do viver em cidades no interior de São Paulo durante o aumento populacional, devido à imigração e à transformação econômica, proporcionada pelo café, no final do século XIX. Para tal abordagem, serão utilizados como documentos principais os almanaques e os jornais locais publicados no período e, como apoio a isso, boletins de imigração, código de posturas, relatórios, censos, e a bibliografia pertinente.

Palavras-chave: Imigração. Urbanização. Epidemias. São Carlos-SP.

Abstract: The present paper investigates the close relationship between the urbanization of the city of São Carlos-SP in the end of the nineteenth century and the epidemics, considering also the demographic increase ensued by subsidized immigration. São Carlos is located in the central region of the State of São Paulo – Western Coffee Plantation, and its economy was marked by the success of the coffee plantation and mass immigration in the end of the nineteenth century. The study of São Carlos is crucial for understanding social medicine and the *modus vivendi* in the cities of São Paulo state during population growth due to migration influx and the economic transformation caused by coffee in the end of the nineteenth century. Such approach is based on the analysis of magazines and local newspapers published in this period and of migration bulletins, reports, local legislation, census and the related bibliography.

Key-words: Immigration. Urbanization. Epidemics. São Carlos-SP.

Introdução

No presente artigo será abordada a relação estreita entre a urbanização da cidade de São Carlos-SP, no final do século XIX, e as epidemias, tendo em vista também o grande aumento populacional, advindo da imigração subsidiada. São Carlos localiza-se na região central do estado de São Paulo, conhecida como Oeste Cafeeiro, e teve sua economia marcada pela pujança do café e pela imigração em massa, no final do século XIX. O estudo da cidade de São Carlos se torna imprescindível para a compreensão da medicina social e do viver em cidades no interior do estado de São Paulo durante o aumento populacional, devido à imigração e à transformação econômica, proporcionada pelo café, no final do século XIX. Assim, a sua utilização é muito relevante, pois pode servir de parâmetro para todo o interior do estado de São Paulo, tendo em vista a proximidade dos fatos ocorridos em toda a extensão do estado, com cidades pequenas e médias, afetadas pela imigração. Para tal abordagem, serão utilizados como documentos principais os almanaques e os jornais locais, publicados no período, e, como apoio a isso, boletins de imigração, código de posturas, relatórios, censos, e a bibliografia pertinente. Muitas vezes, o entendimento dos acontecimentos e do que já ocorreu se perde na memória, porque não se consegue achar documentação pertinente, ou porque não há interesse nesse tipo de resgate, ou, ainda, se desdenham ou se deixam de lado fontes não aceitas usualmente na historiografia clássica, como no caso os jornais.

O aumento da população e de trabalhadores para as lavouras em São Carlos foi grande e provocou profundas transformações em São Carlos. No entanto, a precisão dos dados populacionais para o final do século XIX é muito complicada. Serão apresentados a seguir alguns dados que puderam ser obtidos em diversas fontes, para, assim, se poder ter uma estimativa próxima da composição e da população para São Carlos no período.

No trabalho de Godoy (1978), a população de São Carlos foi calculada, segundo o número de eleitores e dos fogos de cada, uma por Manuel Eufrasio de Azevedo Marques, apurada em 1870, e era de 4.000 habitantes.

Segundo Recenseamento Geral do Império, de 1872, São Carlos contava com uma população de trabalhadores da ordem de 6.897 indivíduos. Desses, 5.316 eram brasileiros livres, 13 eram estrangeiros livres e 1.568 eram escravos. Percebe-se o número muito reduzido de imigrantes, antes do período áureo do café. Além disso, esse número contava apenas com os trabalhadores, não foram arroladas as crianças e aqueles que não trabalhavam.

Com o início da imigração, São Carlos contava com 16.104 habitantes no ano de 1886, sendo 14.053 nacionais (87,26%) e 2.051 estrangeiros (12,74%), segundo o Relatório apresentado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão

www.pucsp.br/revistacordis

Central de Estatística (BASSANEZI; FRANCISCO, 2002). Sua grande maioria era composta por italianos (1.050), portugueses (464), alemães (371), e espanhóis (117), sendo o restante de estrangeiros diversos (49).

Segundo Truzzi (1986), em 1886, o número de imigrantes que veio para São Carlos só foi menor do que aquele recebido pela cidade de Campinas. São Carlos recebeu 533 imigrantes em 1886 e, destes, 458 eram italianos, na sua maioria da região setentrional da Itália.

Para o ano de 1890, têm-se os dados da população, por meio do recenseamento realizado pela Directoria Geral de Estatística (BASSANEZI, FRANCISCO, 2002). Os brasileiros contabilizaram 10.385 e os estrangeiros, 2.266, num total de 12.651 indivíduos. Infelizmente, não estavam separados por nacionalidade, mas a predominância muito provável era de imigrantes italianos.

Segundo Braga (1994, p. 58), em 1893, a população de São Carlos “com bons dados a de todo o município [se constituía] em 30.000 almas; a urbana, em 8.000 habitantes.” Se os dados de Braga estiverem fidedignos, o aumento da população foi grande em três anos.

O censo realizado pelo Club da Lavoura de São Carlos, em 1899, mostra a nacionalidade dos trabalhadores rurais ativos. A população rural, na sua totalidade, era composta de 24.320 pessoas, das quais 15.688 eram efetivamente ativos. O censo apresenta a seguinte tabela.

Tabela 1. Trabalhadores rurais ativos, separados por nacionalidade (1899)

Italianos	Espanhóis	Brasileiros Pretos	Brasileiros Brancos	Portugueses	Austríacos	Alemães	Polacos	Franceses
10.396	1.356	1.242	1.028	886	447	211	119	3
66,27%	8,64%	7,92%	6,55%	5,65%	2,85%	1,34%	0,76%	0,02%

Fonte: Club da Lavoura de São Carlos (1899).

Esse censo mostra como era importante para a cidade de São Carlos a mão-de-obra do imigrante italiano, pois eram 66,27% dos trabalhadores ativos. Segundo o Almanaque de 1905 (AUGUSTO, 1905), “calcula-se em sessenta mil almas aproximadamente a população do município.”. Com os dados populacionais apresentados, mesmo que não extremamente fiéis, pode-se ter ideia da importância do imigrante para a formação de São Carlos, principalmente do italiano. Todavia, essa não foi a única contribuição ou transformação proporcionada, o mercado de trabalho urbano foi altamente modificado. O complexo cafeeiro,

www.pucsp.br/revistacordis

“ao criar seu mercado de trabalho, criou também ‘sobras’, que permitiriam o nascimento do mercado de trabalho urbano em São Paulo”, segundo Cano (1985, p. 302).

Em São Carlos, ocorreram duas doenças epidêmicas principais, que foram muito divulgadas e se tornaram preocupações para a cidade: a varíola e a febre amarela. As epidemias de febre amarela foram a principal preocupação da cidade, já que, pelos relatos dos jornais, dos Relatórios consultados e dos Almanques, a cidade ficou praticamente abandonada, e alguns jornais nem circularam no período. Ocorreram duas grandes epidemias de varíola; a primeira, em 1874, e a segunda, em 1879; alguns casos de febre amarela em fevereiro e março de 1892, e as epidemias principais de febre amarela, entre os anos de 1895 e 1898 (CAMARGO, 1928). Segundo o Relatório da Secretaria de Negócios do Interior do ano de 1898, existiam 1.501 casos de febre amarela em 680 prédios de São Carlos, com uma mortalidade de 33%. O mesmo Relatório atribui a epidemia à falta de sistema de água e esgoto, apesar da grande melhora da qualidade de vida do final do século XIX, com a pujança do café (AMADOR, 1997, p. 80).

Segundo os Almanques de 1894 e 1916-1917 (BRAGA, 1994; CASTRO, 1916-1917), antes da entrada dos imigrantes italianos na zona rural, como proprietários, eles muito antes já haviam entrado na vida urbana, como pequenos proprietários e artesãos. O elemento italiano ajudou no progresso do comércio e da indústria da cidade de São Carlos, enfim, de sua formação social, política e econômica, salienta-se, aqui, também a urbanização.

Em 1876, foi criado o primeiro jornal da cidade, TRIBUNA DE SÃO CARLOS. Os jornais resgatados são referentes aos anos de 1877-1902, e correspondem a 19 títulos diferentes e efêmeros, pois, no que se refere a alguns deles, foi possível obter um único número, com uma lacuna entre os anos de 1880 e 1885. Todos os jornais foram publicados em português para a população em geral, apesar de seções para os imigrantes italianos (algumas em língua italiana, outras com apenas partes em italiano); apenas três títulos foram publicados em língua italiana diretamente para a colônia. Mas é nas décadas seguintes que São Carlos progride espantosamente, devido à pujança do café e das melhorias básicas da cidade, proporcionadas pela tecnologia da época. Em 15 de outubro de 1884 foi inaugurada a estrada de ferro, ligando a cidade de São Carlos a Rio Claro, e esta já se encontrava ligada a São Paulo e ao Porto de Santos, estabelecendo, assim, a ligação da cidade com o maior porto exportador de café. Em 1888 foi instalado o telefone; em 1890 foram canalizadas as águas da Biquinha; em 1893 foi instalada a iluminação elétrica para casas e vias públicas e, por um curto período, em 1895 circularam os bondes de tração animal, com uma vida efêmera devido às epidemias de febre amarela, principalmente a ocorrida em 1896. São Carlos foi a segunda

www.pucsp.br/revistacordis

cidade do interior do Brasil a receber iluminação elétrica. A construção da rede de esgoto pelos engenheiros Malfatti e Hunggins iniciou-se em 1900, e foi concluída e entregue à população em 1903. Em 1913 as ruas foram calçadas com paralelepípedos, dando aparência especial à cidade. E, em 1914, vieram os bondes elétricos (ENCICLOPÉDIA de Municípios Brasileiros, 1958, p. 169; BRAGA, 1994; CASTRO, 1916-1917; CAMARGO, 1928 e SILVA, 1996, p. 36).

Esse era o panorama geral das modificações urbanas de São Carlos no final do século XIX, num momento de transição da escravidão para o trabalho livre. Outras modificações propriamente urbanas também ocorreram, como a legislação das edificações, o lixo, a Santa Casa, o Jardim Público, o telégrafo, o telefone, assuntos que foram publicados nos jornais, ligados à modificação do espaço urbano, inevitável pela própria cultura de fundo da expansão cafeeira. Compartilha-se nesse trabalho a idéia de Vêras (2000, p. 96), de que o espaço urbano “deve ser entendido no seu aspecto objetivo, mas como resultado das relações sociais que refletem a sociedade como um todo”. A cidade, como bem expressou Lanna (1996, p. 25), é um “resultado direto da experiência dos homens que a habitam e fruto de realidades sociais, não importando que estejam no mesmo lugar e tenham, ao longo dos séculos, o mesmo nome”.

Partindo desses pressupostos, buscar-se-á entender o que ocorre com São Carlos no final de século XIX com tanta influência e interferência das doenças e, principalmente, das epidêmicas, que alertaram para a precariedade da vida urbana e chamaram a atenção do poder público e da sociedade para a necessidade de organizar o espaço da cidade. As consequências das epidemias sobre as cidades cafeeiras do Oeste Paulista foram imensas. O estado interveio muito no espaço urbano, e tamanha intervenção deve-se muito à ocorrência de frequentes e devastadoras epidemias nas cidades. Reitera-se, aqui, a publicidade negativa das epidemias e do estado sanitário como um todo, que afastava do país os imigrantes, além da relação de direitos e deveres sobre o indivíduo e sua residência e sobre qualquer edificação, nesse período de formação da medicina social urbana (SILVA, 1996, p. 36). Sendo assim, pode-se dizer que as epidemias foram as responsáveis pelo movimento de reforma do espaço urbano, com o estabelecimento das primeiras iniciativas no campo da organização sanitária urbana, com a construção de rede de água e de esgoto, instalação do serviço de recolhimento regular do lixo, arruamento, canalização e drenagem de córregos, mudanças dos cemitérios para locais mais distantes das zonas residenciais e comerciais das cidades, bem como a normalização das construções de casas e outros edifícios, como a imposição de janelas em todos os cômodos, inclusive na cozinha, altura mínima entre o chão e o teto, obrigatoriedade

www.pucsp.br/revistacordis

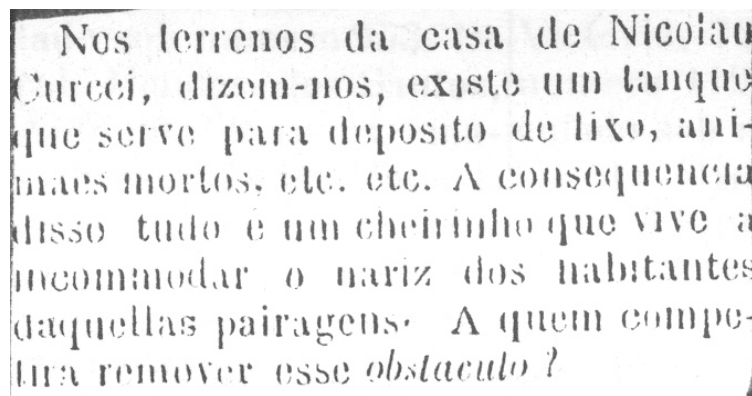
de porão em determinados terrenos úmidos e eliminação das alcovas. Todas essas medidas de equacionamento das epidemias e da área da saúde afetavam diretamente a mão-de-obra livre que se estava constituindo no Brasil.

Há uma aliança entre o saber político e o saber médico na ação que se efetiva contra a doença e que exerce o controle da cidade. O consórcio desses saberes procura viabilizar as normas burguesas do bem-viver, assegurando a vida, a saúde, o bem-estar social no espaço urbano (LAPA, 1996, p. 183).

Lixo e limpeza

No ano de 1886, em São Carlos, aparece claramente nos jornais a preocupação com o lixo acumulado em casas.¹ Muitos são os pedidos de fiscalização mais intensa ou denúncias de não cumprimento do Código de Posturas pelos fiscais ou intendentes.

Imagem 1.



Fonte: *O OITAVO DISTRICTO*. São Carlos, 31 out. 1886.

Essa denúncia relata de forma tênue a preocupação com a higiene e a limpeza do ar da cidade, levada ao jornal para que possa torná-la visível perante a sociedade. Uma das teorias, para a época, é a propagação de doenças pela circulação dos elementos, essencialmente ar e água, o que se convencionou chamar de medicina miasmática ou teoria miasmática.

Era uma velha crença do século XVIII que o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por veicular miasmas ou porque as qualidades do ar frio, quente, seco ou úmido em demasia se comunicavam ao organismo ou, finalmente, porque se pensava que o ar agia diretamente por ação mecânica, pressão direta sobre o corpo. O ar era considerado um dos grandes fatores patógenos (FOUCAULT, 1999, p. 90).

Segundo Telarolli Júnior (1996, p. 94),

¹ Nos Códigos de Posturas dos anos de 1866, 1880 e 1886 sempre aparecem artigos e multas para as pessoas que deixarem de limpar, carpir, varrer e cair suas casas e testadas até o meio da rua, bem como o uso dos chafarizes ou fontes públicas e as águas servidas. Talvez as letras mortas já se faziam sentir.

www.pucsp.br/revistacordis

[...] a participação dos miasmas no ciclo das doenças infecciosas era uma certeza há algum tempo. Emanações pestilenciais exaladas da matéria orgânica em decomposição, presente no solo ou subsolo úmidos onde se reproduziam, os miasmas eram responsabilizados por doenças consideradas infecciosas, isoladamente ou associados aos micróbios.

Existiam três explicações teóricas sobre a transmissão das doenças epidêmicas nesse período: a teoria miasmática, os contágios específicos e o contagionismo limitado, ou contingente². Segundo Rosen (1994, p. 222-223),

[...] a teoria miasmática: os surtos epidêmicos de doenças infecciosas seriam causados pelo estado da atmosfera. Sustentava-se essa teoria, em geral, numa versão modificada, segundo a qual condições sanitárias ruins criavam um estado atmosférico local, que vinha a causar doenças [...]. Em segundo, existia a visão de serem os contágios específicos as únicas causas de infecções e de doenças epidêmicas; essa era a posição contagionista estrita [...] com a qual os sanitaristas, graças ao grande impacto das descobertas bacteriológicas do final do século passado, estão, hoje em dia, mais familiarizados. A terceira posição era a dos empenhados em conciliar, ou ajustar, as teorias miasmáticas e contagionistas; podemos chamá-la de contagionismo limitado, ou contingente. Embora admitindo serem as doenças infecciosas devidas aos agentes contagiantes, específicos ou inespecíficos, os proponentes dessa visão sustentavam que esses últimos só poderiam agir em conjunção com outros elementos – como o estado da atmosfera, as condições do solo ou fatores sociais.

Para Telarolli Júnior (1996, p. 95-96), havia apenas duas teorias causais principais no período para a febre amarela: a transmissão ou infecção e o contágio. A administração estadual usaria medidas tanto contra o contágio (isolamento, desinfecção de construções, vacinação), quanto contra a transmissão (fiscalização de alimentos e das construções, saneamento urbano como água e esgoto, coleta de lixo, cemitérios e drenagem). A maioria dos artigos encontrados nos jornais era partidária da teoria miasmática. Anos mais tarde, a relação do lixo com os miasmas se torna evidente e, passados anos e muitas leis, as reclamações, no que diz respeito ao lixo e aos odores, continuavam.

² “A questão teórica mais geral para os médicos brasileiros consistia em descobrir se a febre amarela, em especial, se propagava por contágio ou infecção” (CHALHOUB, 2001, p. 64).

www.pucsp.br/revistacordis

Imagem 2.

A' Inspectoria Sanitaria. — Por diversas vezes temos chamado a attenção dos poderes competentes, para uns poços que ficão no quintal de uma casa em aberto, a rua 13 de Maio, esquina da rua José Bonifacio.

Como já dissemos, esses poços são um abysmo, pois achão se rodeados de matto, e quazi a precipitar-se em um delles, foi encontrado um homem, em completo estado de embriaguez.

As nossas reclamações, entretanto, não forão tomadas em consideração.

Como, porém, diversos moradores, daquellas immediações, fizerão dos referidos poços depositos de quanta porcaria ha, inclusive de cachorros mortos, resolvemos dirigir a nossa reclamação á digna inspectoria sanitaria, afim de que sejam entupidos aquelles focos de miasmas, que muito podém prejudicar a saude publica.

Temos plena convicção de que desta vez seremos attendidos.

Fonte: *TRIBUNA POPULAR*, São Carlos, 24 nov. 1898.

Em fevereiro de 1890 havia sido publicada uma lei provisória que regulamentava a higiene pública. Essa lei provisória se fez necessária, segundo a intendência³, porque o Código de Posturas estava deficiente em medidas sanitárias e, enquanto não fosse reformulado, algumas atitudes eram urgentes para a saúde pública. Como não poderia faltar, um imposto provisório foi estipulado para o custeio das limpezas, e uma multa para os fiscais que não cumprissem o dever de alertar para a falta de limpeza. No início do regulamento, já se estabelece a relação entre a limpeza da cidade e a febre amarela, numa clara referência à teoria miasmática. Se a cidade permanecer limpa, as “febres de mau character” não aparecerão,

³ A intendência no período era composta pelos senhores Gastão de Sá, F. Paula Novaes, Manoel Antonio da Cunha, Eugênio Egas e Antonio da Silva Mello, que assinam o artigo.

www.pucsp.br/revistacordis

como assim era chamada a febre amarela (*DIÁRIO DE SÃO CARLOS*, São Carlos, 09 fev. 1890).

Em 1895 foram publicados novamente os regulamentos da polícia sanitária. O que chama a atenção é que tal regulamento, pela primeira vez, é publicado de forma bilíngue, em português e em italiano. Essa é uma boa evidência de que a população italiana era, de fato, numerosa, importante e atingida pelas condições de saúde locais.

Imagem 3.

BOLETIM

A hon do policiamento sanitario desta cidade, pelo presente, faz-se publico o seguinte:

1º

Todos os medicos são obrigados a denunciar immediatamente os casos que verificarem de molestia epidemica, transmissivel ou suspeita de esse ser, sob pena de multa de 200\$.

2º

Na mesma pena incorrerão todos pharmaceuticos que, sem receita medica, fornecerem qualquer medicamento para doentes de molestia suspeita.

3º

Toda a pessoa em cuja casa ocorrer um caso de molestia suspeita, comunicará ao Intendente Municipal ou á auctoridade sanitaria, sob pena de multa de 20\$ a 200\$ 000.

4º

Incorrerá na mesma pena todas pessoas que pretenderem occultar ou impedir que chegue ao conhecimento das auctoridades sanitarias casos de molestias transmissiveis quer epidemicas quer nao.

5º

Os gerentes de fabricas, directores de collegios, proprietarios de hoteis, restaurants, de hospedaria ou de quaesquer habitacoes collectivas, além das penas acima, ficam sujeitos á interdicção de seu estabelecimento, pelo tempo que a auctoridade sanitaria julgar conveniente.

S. Carlos do Pinhal, 24 de Fevereiro de 1896.

JULIO DE SALLES, Intendente
— Rua do Carvalho n. 28.

DR. NERY GONÇALVES, Director do serviço sanitario—Rua V. do Pinhal n. 25.

Per mantenere buono lo stato sanitario di questa città, la commissione sanitaria fa publico il seguente decreto :

1º

Tutti i medici sono obbligati, qual'ora sieno a conoscenza di qual che caso di malattia epidemica o sospetassero che lo fosse denunciarlo, incorrendo nella pena di 200\$ di multa chi tra-gredisce il suddetto art.

2º

Nella medesima pena incorreranno tutti i farmacisti che senza ricetta medica somministrassero medicinali ad malati di malattia sospetta.

3º

In tutte le case, hotelli, ristoranti, alloggi, collegi e fabbriche che esistessero un caso di malattia sospetta e non fosse immediatamente denunciata dai proprietari alle autorità sanitarie sarà incorsa nella pena di 500\$ a 2000\$ di multa.

4º

Incorreranno nella pena dell'art. 4º, tutti coloro i quali, non pretendessero nascondere l'esistenza di qualche caso di malattia sospetta, come cercassero d'impedire che le autorità sanitarie ne venissero a conoscenza.

5º

I direttori di fabbriche, di collegi, proprietari di hotelli, ristoranti e alloggi, come di qualsiasi abitazione si dovranno sottomettere qual'ora sia verificato un caso di malattia sospetta all'interdizione del loro stabilimento o case per il tempo che l'autorità sanitaria troverà necessaria.

S. Carlos do Pinhal, 24 di Febbraio di 1896.

JULIO DE SALLES, Intendente
— Rua do Carvalho n. 28.

DR. NERY GONÇALVES, Direttore del servizio sanitario—Rua Visconde do Pinhal n. 25.

Fonte: *O S. CARLOS DO PINHAL*, São Carlos, 28 fev. 1896.

Água encanada

O problema do lixo está intimamente ligado aos problemas com a água. A necessidade de água encanada é muito forte para a população de São Carlos. O apoio às medidas higiênicas adotadas pela intendência municipal veio no dia 14 de fevereiro de 1890. Mas o amplo apoio seria pedir demais, foi ressaltado o fato de as medidas não contemplarem a retirada das águas servidas, isto é, do esgoto, que seria mais prejudicial que o lixo, dada a probabilidade e os casos efetivos de malária na cidade. Resta reforçar que, assim como as críticas, o apoio dado pelos jornais também é público e notório com relação às políticas públicas de higiene em São Carlos (*DIÁRIO DE SÃO CARLOS*, São Carlos, 14 fev. 1890).

As cobranças por melhores condições de abastecimento de água foram inúmeras nos jornais. Durante o final do ano de 1889 e início de 1890, muitos foram os artigos pedindo, reclamando e informando sobre a canalização de águas. No dia 23 de janeiro de 1890, por exemplo, o *DIÁRIO DE SÃO CARLOS* publicava um artigo sobre a necessidade de abastecimento de água potável para São Carlos, que, pela sua “fortuna pública e particular, de se distinguir entre suas irmãs”, poderia tê-lo sem problemas. A canalização das águas da Biquinha foi amplamente discutida nos jornais. Manoel Cabral dos Santos, por sua vez, colocou uma caixa d’água e quatro chafarizes em 1890. Embora os Almanques anunciassem, em 1889, um primeiro contrato realizado pela Câmara para a canalização da água com o mesmo Manoel Cabral dos Santos.

O humor não poderia faltar nos protestos da água encanada. Ednax juntou em suas quadras de “Rimas Alegres” o problema da água, a ampliação do cemitério municipal e a febre amarela. Este é um dos mais trabalhados poemas satíricos do Ednax, que poderia até ser chamada de copla, pela possibilidade de ser cantada. É muito emblemática para o período, apesar de a forma ser mal realizada.

Imagem 4.**RIMAS ALEGRES**

Pelo que vejo, parece
Que afinal dá mesmo em nada
A muito velha e fallada
Historia de agua encanada.

Sempre, sempre agua de poço !
Isto é triste! é lamentavel!
Com que cara vae-se ao pote
P’ra não ver agua potavel ?

Da amarella os microbios
Vão perder muito com isso:
Quando chegar o verão...
Pobres bichos! têm serviço!

O que vale é que os Edis,
Homens de todo criterio,
Já cuidaram de alargar
A área do cemiterio.

Ednax.

Esgoto

O problema do esgoto ficou sem solução por muitos anos, pois, segundo um decreto de 15 de janeiro de 1890, competia à intendência prover tudo quanto dizia respeito à comodidade e à saúde dos seus habitantes, e não mais ao governo do estado (*DIÁRIO DE SÃO CARLOS*, São Carlos, 17 dez. 1890). As reclamações com relação à falta de água e esgotos continuavam, e a ligação direta entre a sua falta com as epidemias também. Em 1898, o governo do estado foi responsabilizado pelo jornal, mostrando, assim, a falta de definição, nas políticas públicas, se essa obra deveria ser realizada pela municipalidade ou pelo governo do estado.

As grandes obras de saneamento eram realizadas quase sempre com a intervenção do Estado, com queixas freqüentes da administração estadual por um suposto desinteresse dos municípios em investir em melhorias de saneamento, desconsiderando a limitada capacidade de arrecadação dos municípios (TELAROLLI JÚNIOR, 1996, p. 146).

No período das epidemias, os conflitos entre o poder local e o estado, no que tangia à administração da saúde pública, são marcantes. A legislação de 1896 tentou delimitar as atribuições entre os municípios e o estado, sendo que o município ficou com o saneamento básico, isto é, águas, esgoto, drenagem e outros; o policiamento sanitário das edificações; a fiscalização das fábricas e de outros estabelecimentos, que poderiam interferir na salubridade das cidades; a fiscalização da alimentação pública; a vacinação e a revacinação e a organização da assistência aos indigentes. O policiamento sanitário, mesmo aos cuidados do município, deveria seguir as normas gerais definidas pelo código sanitário do estado. Para o estado, ficaram a organização e a execução das intervenções agressivas ou defensivas em um município, quando esse fosse acometido por uma doença epidêmica. Assim, os inspetores sanitários estavam sob a direção e a organização dos serviços, que antes eram dirigidos pela municipalidade.

Apesar da tentativa de precisar as áreas de atuação de cada esfera de poder, a legislação falhou, não foi clara em precisar as responsabilidades de cada uma, e mesmo que fosse, as tensões apareceriam, pois é quase impossível que não ocorressem disputas entre decisões de poderes diferentes, ainda mais em se tratando de problemas que atingem um contingente expressivo da população. Assim, os conflitos de poderes não foram resolvidos (RIBEIRO, 1993, p. 48).

Muitos foram os artigos que comentavam os problemas em torno da água e do esgoto da cidade. A relação de mudanças de posições, habituais no cotidiano, é bem visível nos jornais (*A OPINIÃO*, São Carlos, 20 e 26 abr. 1899 e 27 maio 1899). Ora, a água e o esgoto

www.pucsp.br/revistacordis

não existem e devem existir, ora virão, ora existem, ora são escassos e devem melhorar. Enfim, o cotidiano de uma cidade que está melhorado sua estrutura se apresenta com todas as discussões a respeito.

Segundo o Almanaque de 1894 (BRAGA, 1994, p. 75), as dificuldades de realização das obras viriam da grande baixa do câmbio e da crise do café. O contrato com a empresa que faria o esgoto na cidade, firmado em 1890, havia caducado em 1893. Nesse ano de 1894, havia uma comissão na Câmara Municipal que fazia estudos para a contratação de uma nova empresa para a realização das obras de esgoto. Contudo, a finalização das obras e a entrega oficial ao poder público foram realizadas em 1903. Segundo o Almanaque de 1928,

Aos 8 de Janeiro de 1900, foi assignado, entre a Camara Municipal e o engenheiro dr. Alvaro de Menezes, o contracto para o construcção da rêde de exgottos, empreitada por 860 contos de réis.

Em Abril, no dia 15, foram inaugurados o repuxo de marmore e o botequim existentes no jardim do largo da Sé, sendo intendente o sr. Bellarmino Indalecio de Souza, que exerceu o cargo de 1º de Janeiro a 25 de Agosto daquelle anno (CAMARGO, 1928).

Animais e o matadouro

Muitas particularidades estavam ligadas à saúde pública e eram preocupações da intendência, como, por exemplo, o ataque de cães de rua, que deveriam receber pílulas de estricnina e serem levados para não infectarem as ruas da cidade com suas carcaças (*DIARIO DE SÃO CARLOS*, São Carlos, 11 fev. 1890). A relação entre animais e saúde pública é muito anterior em São Carlos. Já em 1869, foi vetada pela Câmara Municipal a instalação de um curtume ao lado de um riacho a “quatro braças a margem d’agua”, pois “são sempre nocivos à saúde”. A atenção com a poluição das águas está presente em São Carlos, pois também foi proibida a instalação de uma olaria com a retirada de barro da margem de um riacho (Atas da Câmara Municipal de São Carlos, 18 abr. 1869).

O procedimento da venda de carnes, bem como o regulamento do matadouro eram outras preocupações.⁴ Inclusive, o regulamento do matadouro foi publicado em 23 e 25 de fevereiro de 1890 pelo *DIARIO DE SÃO CARLOS*, para um acesso mais democrático a tais medidas. Tal regulamento proíbe terminantemente o abate de animais fora de suas dependências, implicando em multas pelo seu descumprimento, instituindo-se um zelador e um veterinário como responsáveis pela parte administrativa e sanitária desse matadouro.

⁴ A construção do matadouro público foi terminada em dezembro de 1886 e realizada pelo empreiteiro Guilherme Richi (BRAGA, 1994, p. XXXV).

www.pucsp.br/revistacordis

Apesar de existir um matadouro, multas e fiscalização, o hábito de as pessoas abaterem animais fora dele continua, evidenciando que os costumes culturais não são facilmente modificáveis.

Imagem 5.

Bem feito !
Foram multados em 20\$ cada
um dos negociantes Thomaz Ro-
gerio e Paulo Decullo, por abate-
rem porcos fora do matadouro.
Poveri ragazzi.

Fonte: *DIARIO DE SÃO CARLOS*, São Carlos, 12 mar. 1890.

Observa-se, inclusive, neste artigo, a utilização da expressão irônica em italiano *Poveri ragazzi* (Pobres Rapazes) ao final. Certamente, uma alusão preconceituosa da origem étnica dos negociantes. Talvez o preconceito seja gerado pelo grande número de imigrantes italianos proprietários de casas comerciais na cidade, e alguns moradores de São Carlos não deveriam ver isso com bons olhos. Deve-se lembrar que, pelo Almanaque de 1894, 45,75% das casas comerciais eram de propriedade de imigrantes italianos. Salienta-se também que esses, arrolados pelo Almanaque, eram os que efetivamente pagavam impostos, aqueles que não o faziam ficaram fora dessa contabilidade e, em vista do alto valor dos impostos, deveriam ser muitos.

Como construir na vida e na morte

O Código de Posturas do Município recebeu uma revisão em 1890, após a Proclamação da República, foi divulgado pelos jornais e conseguiu-se recuperá-lo quase completamente, com exceção do capítulo 2. O anterior regulamento do matadouro foi incorporado ao novo Código de Posturas. Esse código normaliza as edificações, o alinhamento e o nivelamento das ruas e o perímetro da cidade. No que diz respeito às casas, essas devem ter 4,40 m, se forem sobrados, 8,80 m de altura, muros ou cercas de 2,30 m, um calçamento de pedra laje, plástica ou cimento de 1,50 m, com queda para as água pluviais e guias, fornecidas pela municipalidade. A manutenção corre por conta do proprietário, que deve também mantê-las pintadas ou caiadas, bem como seus muros (*DIÁRIO DE SÃO CARLOS*, São Carlos, 24 maio e 04 jun. 1890). As disposições relativas ao cemitério são

www.pucsp.br/revistacordis

muito interessantes, pois o medo de contrair doenças dos cadáveres é grande. Os muros deveriam ter 2,20 m, serem rebocados e caiados e circundados internamente por árvores. Os enterros só poderiam ocorrer das sete horas ao meio dia, e das 15 horas ao entardecer, evitando-se, assim, as horas mais quentes do dia e uma possível emanção de gases pelo calor. A exumação só poderia ser feita após cinco anos, mas, se a causa da morte fosse uma doença contagiosa, o tempo era o dobro, dez anos (*DIÁRIO DE SÃO CARLOS*, São Carlos, 06 jun. 1890).

Em Ata da Sessão da Câmara Municipal do dia 2 de abril de 1894, o intendente municipal declarou que o estado sanitário de São Carlos era excelente, e que isso se devia aos serviços referentes à higiene pública, que foram bem feitos. Na mesma sessão, atesta também que o necrotério da cidade está em perfeitas condições de uso e funcionando com a transferência do zelador do cemitério para lá.⁵ O Código de Posturas do ano de 1880 previa o fechamento hermético dos caixões de pessoas vitimadas por doenças contagiosas ou epidêmicas, pelo medo de contágio por meio dos gases emanados.⁶

Art. 45º O que fallecer de molestia contagiosa ou epidemica, será conduzido á sepultura em caixão ermeticamente fechado, sendo esta disposição applicado no enterro de todos os adultos. Multa de 10\$000 ao encarregado do enterro que infringir as posturas (*CÓDIGO de Posturas*, 1880).

O medo do cadáver. Fato histórico, criação médica. O destino tradicionalmente dado aos corpos mortos é cercado de horror, por disseminar o estado de morte no interior da sociedade. Daí a crítica violenta que atinge as formas de enterro praticadas na cidade, retratadas com minúcia cheia de espanto e pânico de uma razão que defende a ordem, a limpeza, a saúde. A morte tornada condição física de um corpo deve receber os cuidados com que se entretém a vida. Se houver esta igualdade, os dois estados não se oporão. Caso contrário, haverá luta da qual a morte certamente sairá vitoriosa (MACHADO et. al., 1978, p. 288).

O medo de miasmas de cadáveres é fortemente retratado no Código de Posturas de 1890, que é bem explícito com relação a isso.

Art. 163 É prohibido:

Conduzir aos cemiterios cadaveres de pessoas que fallecerem de molestias transmissiveis, epidemicas ou não, sem ser em caixão hermeticamente fechado, de modo que não possa haver exhalação de miasmas ou materias intectas (*CÓDIGO de Posturas*, 1890).

⁵ A abertura de concorrência para a construção do necrotério próximo ao novo cemitério foi noticiada no *DIÁRIO DE SÃO CARLOS* em 22 nov. 1890.

⁶ A camada pauperizada da população, pelas suas próprias condições de vida, era o alvo preferido das doenças, sobretudo contagiosas, que se abatiam com forte virulência, de um lado, ameaçando o potencial de força de trabalho passível de recrutamento e, de outro, constituindo perigo iminente pela presença de portadores e transmissores dessas doenças, exigindo daí que fossem apartados, confinados e, quando mortos, enterrados com as cautelas necessárias (LAPA, 1996, p. 217).

www.pucsp.br/revistacordis

As construções receberam uma regulamentação própria em junho de 1896, durante a epidemia de febre amarela.⁷ A lei nº 27 normaliza as construções quanto à permeabilidade que devem ter, numa tentativa de afastar a água; a entrada de luz e ar nos cômodos; a distância entre as casas, pelo menos em uma das laterais, e da cozinha com sua chaminé própria; sistema de águas potáveis e servidas nas edificações. As construções deveriam, inclusive, ter aprovação de planta pelo Poder Executivo Municipal. Legislava também sobre as cocheiras e os estábulos, que deveriam ter uma camada impermeável com o devido escoamento das águas, com altura mínima de quatro metros, para permitir a entrada de luz e ar, e não poderiam abrigar animais doentes. Percebe-se claramente a preocupação com o ar, a água e a entrada de luz como pressupostos de uma boa higiene e no combate às doenças. Tal preocupação também é encontrada em Campinas, onde arejar e isolar o interior das casas se tornava a nova ordem médica e higiênica e, se não cumprida, o risco da doença tornava-se iminente.

Um dos primeiros inquéritos sobre habitações operárias e cortiços foi feito em 1893, quando a cidade [São Paulo] foi atingida por alguns casos de febre amarela, logo encarados como anúncio da entrada da Capital no rol das cidades atingidas pela epidemia. A casa, a habitação operária, era considerada o “ponto vulnerável do sistema de defesa da higiene urbana”. A Comissão responsável pelo inquérito defendia a posição de que de nada valia a melhoria do abastecimento de água, do serviço de esgoto, da drenagem do solo, da retificação de rios, da limpeza das ruas e quintais, se a unidade urbana – a habitação, não fosse reformada [...] (RIBEIRO, 1993, p. 132).

Santa Casa

As Santas Casas ou Misericórdias foram as assistências hospitalares no século XIX e início do século XX, apesar de arcaica situação. Santas Casas são hospitais fundados e mantidos pelas Irmandades de Misericórdia. Sua organização era independente do poder público, eram compostas por pessoas ricas, ligadas à Igreja Católica, que contribuía com mensalidades, anuidades, donativos, esmolas e legados para as despesas dos hospitais.⁸

A idéia da fundação de uma Santa Casa em São Carlos vem desse ano de 1891, segundo o Almanaque de 1916-1917. Nesse ano, ocorreu uma reunião no Teatro Ypiranga para tratar do assunto, criando-se, assim, uma comissão para sua fundação. As primeiras subscrições totalizaram 14:100\$000. Em 1893, o Major Manoel Antonio de Mattos e sua mulher doaram um quarteirão de terreno para sua construção. É desse mesmo ano, um relatório encaminhado à Câmara Municipal, pedindo a fundação da Santa Casa. A Câmara

⁷ Segundo Lapa (1996, p. 197), em Campinas, o ato de morar na cidade e a própria morada são objetos da interferência do poder que atua desde a construção da casa até seu uso.

⁸ Para uma melhor estudo sobre as Santas Casas ver: Mesgravis (1976) e Russell-Wood (1981).

www.pucsp.br/revistacordis

deliberou pela continuidade da arrecadação de donativos da comissão, e a pedra fundamental foi lançada em 1º de janeiro de 1894. A planta foi elaborada pelo engenheiro Samuel Malfatti, e suas obras, empreitadas por Attilio Picchi. Mas, logo em seguida, vieram as epidemias de febre amarela, e somente em 1899 a obra foi concluída, depois de ser também utilizada como hospital de isolamento, como é descrito pelo *Almanaque* de 1916-1917 (BRAGA, 1994, p. 69-71; CASTRO, 1916-1917; CAMARGO, 1928).

Iniciada a construção do edifício, logo foi a nossa cidade visitada pelo flagello da febre amarela. Um hospital de isolamento era necessário. Esse hospital foi a Santa Casa inacabada. Extinta a epidemia, era natural que um certo receio, não infundado, como que amortecesse o animo da população, que parece não desejava que ali, onde tantas vidas desapareceram, roubadas pelo terrível mal, fosse a casa destinada ao abrigo dos infelizes que imploram a caridade publica. Devido a isso algum tempo se passou ainda sem que tivéssemos uma casa de caridade, até que o distinto clinico dr. Gastão de Sá, quando deputado ao Congresso do Estado, conseguiu um auxilio orçamentario, sendo então continuada e finalmente terminada a construção do edifício, que é amplo, confortavel, possuindo todas as dependencias e installações necessarias. As suas portas foram abertas á caridade a 1º de Novembro de 1899 (CASTRO, 1916-1917).

Essa é uma evidência clara do desarranjo provocado pela epidemia de febre amarela na cidade, não só adiando a própria construção como também alterando o objetivo primeiro da utilização do edifício. É claro que continuamos no âmbito da saúde, mas com outra vertente.

Iluminação

A iluminação pública e particular foi alvo de preocupações nesse final do século XIX. Inúmeras são as notícias relacionadas a ela, desde reclamações de falta da mesma, de manutenção e sobre os pesados impostos. Em 20 de fevereiro de 1890, o DIARIO DE SÃO CARLOS publicava a concorrência para a iluminação pública. Em dezembro do mesmo ano, foi publicado o estatuto da Empresa Luz Electrica de S. Carlos do Pinhal, mas seus acionistas não são mencionados. Porém, no art. 48, que trata de serviços de construção, aparece a preferência dos Srs. Malfatti & Huggins enquanto esses forem acionistas, portanto conclui-se que os mesmos eram acionistas. Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958, p. 169), São Carlos foi a segunda cidade do interior do Brasil a receber iluminação elétrica. Em 30 de junho de 1893, O POPULAR noticiava a instalação da iluminação elétrica para casas e vias públicas de São Carlos. O artigo contém todas as especificações técnicas, os engenheiros responsáveis pela obra da usina e até os postes. Assim descreve a iluminação pública na cidade e a corrente elétrica das residências.

www.pucsp.br/revistacordis

Imagem 6.

A iluminação publica, nos termos do contracto com a Municipalidade, consta de 220 lampadas, de força de 16 velas cada uma, collocadas dentro de um globo de vidro, sobre postes de madeira aparelhados, e a 4 metros acima do solo.

A corrente electrica chega á cidade com tensão de 2.000 volts, e por meio de 28 transformadores convenientemente collocados; essa tensão está reduzida a 100 volts.

A companhia possui lampadas incandescentes de força de 8 até 300 velas cada uma: possui também lampeões, systema de arco, de 2.000 velas cada um:—qualquer dos quaes funciona perfeitamente sendo collocado a qualquer ponto da rêde de fios da cidade.

Fonte: *O POPULAR*, São Carlos, 30 jun. 1893.

As reclamações não cessaram com a instalação da luz elétrica na cidade. Em 1897, ocorrem reclamações pelo mau fornecimento dos serviços, inclusive com o atraso de entrega dos jornais pela impossibilidade de trabalhar durante a noite. Tal fato está relacionado às obras de reforma do açude (*A OPINIÃO*, São Carlos, 19 nov. 1897). Infelizmente, não há informações de que a rede tenha sido ampliada ou não, somente a possibilidade de isso ocorrer pelo contrato original.

Emplacamento e ruas mais belas

A preocupação com a cidade continuava grande, não somente com questões de infraestrutura. A abertura de concorrência para o emplacamento da cidade foi noticiada em 20 de fevereiro de 1890 pelo *DIARIO DE SÃO CARLOS*. Outra concorrência que chama a atenção é a notícia para ocupar o cargo de zelador de sarjetas e guias das calçadas e conservação das ruas, publicada pelo mesmo jornal em 18 de março de 1890. A rua São Paulo recebeu uma proposta de calçamento e abaulamento pelo engenheiro Germano Feher em 1897, aceita pela Câmara Municipal (*CIDADE DE S. CARLOS*, São Carlos, 14 out. 1897). Contudo, somente em 1913 as ruas foram calçadas com paralelepípedos, dando aparência especial à cidade.

A arborização, como medida profilática no combate às epidemias, tão forte e presente instrumento em Araraquara, não recebeu a mesma importância em São Carlos. Um artigo apenas foi encontrado com esse argumento no jornal *A OPINIÃO*, de 18 de março de 1899. Tal artigo discutia as vantagens da arborização, como a promoção da boa higiene, a proteção

www.pucsp.br/revistacordis

contra os raios, o combate à umidade, mas não tinha um tom de cobrança à Intendência. Discutia também a necessidade de escolha das árvores e do local, uma vez que as condições para o seu plantio são especiais.⁹

Teatro

Em 21 de junho de 1884, a Câmara Municipal aprovou a concessão do local para a construção do teatro. A participação de italianos no projeto do primeiro teatro de São Carlos foi relevante. A comissão para a administração das obras foi composta pelo Dr. Gastão de Sá, Aurelio Civatti e Dr. Antonio Rodrigues Cajado; para a planta, foi designado David Cassinelli e para executor da obra, o empreiteiro Attilio Picchi. “Para indicar as mudanças na vida urbana e a ruptura com o passado colonial, diversos memorialistas e viajantes destacavam o surgimento de uma vida noturna, de teatros, restaurantes, hotéis” (LANNA, 1996, p. 104).

Após vários contratemplos, principalmente por falta de verbas para a conclusão da obra, o teatro foi inaugurado em 2 de julho de 1892, com a apresentação de um grupo de artistas amadores, do qual fazia parte, dentre outros, o Capitão Gaspar Berrance, ilustre delegado da época, que prendeu várias pessoas, inclusive uma quadrilha, formada em sua maioria por italianos, que atuava no período, a Quadrilha Mangano. O drama apresentado intitulava-se “O Guia da Montanha”, e o dinheiro arrecadado com o espetáculo foi revertido para a construção da Santa Casa de Misericórdia. Primeiramente, o teatro recebeu o nome de Theatro Ypiranga, depois, foi chamado de Theatro São Carlos (CAMARGO, 1928; JUNQUEIRA, 1998; NEVES, 1984).

A arrecadação de fundos para a construção do teatro mobilizou membros da comunidade local e da italiana. Uma primeira reunião foi realizada em 04 de abril de 1885 e a pauta era a construção do teatro. Para administrar as obras foram eleitos os Drs. Gastão de Sá, Antonio Rodrigues Cajado e o Sr. Aurelio Civatti – italiano, que contrataram o empreiteiro Attilio Picchi, também de nacionalidade italiana. O teatro foi inaugurado em 2 de julho de 1892 (BRAGA, 1994, p. XLIV, 23-25; CAMARGO, 1928).

O lazer e o belo

Outras melhorias na cidade foram realizadas no ano de 1894, como o Hipodromo Jockey-Club e o Jardim Público, obras que, segundo o Almanaque de 1928, teriam melhorado a vida da população são-carlense. Mesmo tendo o Jardim “Público” um gradil, como era de

⁹ Em Araraquara, a arborização foi uma medida muito adotada para a redução da umidade da atmosfera, do solo e do subsolo, e as árvores preferidas eram os eucaliptos (TELAROLLI JÚNIOR, 1996, p. 122).

www.pucsp.br/revistacordis

praxe, em toda a volta, feito pela oficina Leonardo Botelho & Comp., sendo localizado em frente do solar do Conde do Pinhal, Antonio Carlos de Arruda Botelho, o melhoramento do largo da matriz e a construção de um jardim eram reivindicações muito antigas dos moradores. Em 15 de fevereiro de 1890, o DIARIO DE SÃO CARLOS publicava um artigo denunciando o estado deplorável de abandono do largo da matriz, que muito envergonhava a cidade perante os visitantes e mesmo os moradores. As ruas estavam esburacadas, com altos e baixos. Pedia providências da intendência e declarava ser ali um local próprio para um jardim. Um jardim público e uma banda para o coreto não ficariam muito caros para a cidade, e a intendência poderia contar com o apoio dos abastados moradores das redondezas.

Telégrafo e telefone

O telégrafo foi uma melhoria da cidade também noticiada pelos jornais. São Carlos possuía um telégrafo com dois postos de atendimento da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, um deles foi instalado na Câmara Municipal, para agilizar e oferecer maior comodidade no recebimento das notícias (CASTRO, 1916-1917).

Em 1889, as primeiras linhas telefônicas foram instaladas em São Carlos pela Empresa Telephonica de São Carlos, de propriedade de Manoel Cabral dos Santos. Essa empresa foi incorporada e transformada em sociedade anônima em 1894, com o nome de Companhia Telephonica São-Carlense (DEVESCOVI, 1987, p. 56). O estatuto da Companhia foi publicado pelo O POPULAR em 04 de novembro de 1894, mas a data da mesma é de 08 de setembro. Ao final, constam os nomes das pessoas a ela relacionadas.

Bondes

Existe a confirmação de que a circulação dos bondes por tração animal também foi afetada pela epidemia de febre amarela. Segundo o Almanaque de 1928, no ano de 1895 começou a funcionar uma linha de bondes por tração animal, estabelecida pelo coronel Leopoldo de Almeida Pardo. “A sua duração, porém, foi curta devido, principalmente, à epidemia de febre amarela, que nesse anno fez sua terrível aparição” (CAMARGO, 1928). Os bondes elétricos só vieram a ser implantados muito depois, no ano de 1914.

Concluindo...

Depois de passado o tempo das epidemias, a atenção do estado passou para outras doenças que afetavam o trabalhador, especialmente a categoria recém chegada que era o imigrante, em particular o imigrante italiano, mas essas doenças apenas o afastavam

www.pucsp.br/revistacordis

temporariamente dos processos produtivos, como o tétano, a lepra, a ancilostomose, a malária, o tracoma e outras. Assim geraram poucos impactos nas políticas públicas na área da saúde. Uma doença que recebeu um hospital em São Carlos foi a hanseníase, no ano de 1907, na antiga área do Lazareto. Em julho, houve a primeira reunião para instituir o hospital, com o nome de Villa Hansen, em homenagem ao descobridor do bacilo. “A colônia foi inaugurada em 11 de agosto do mesmo anno [1907], com cinco casas, cujo numero é até hoje o existente” (CAMARGO, 1928). O presidente da diretoria também era o mesmo entre os anos de 1908 e 1928, o capitão Luiz Pereira Brandão.

Espera-se, assim, ter evidenciado que as epidemias e, em especial, a de febre amarela, desempenharam papel fundamental para a história local de municípios que, como São Carlos, foram afetados pelos seus surtos subsequentes, sob diversos aspectos. Tendo-se privilegiado os jornais como fonte principal para o quadro geral da situação das epidemias em São Carlos, os efeitos sobre a urbanização e o cotidiano dos moradores, especialmente dos imigrantes, foi possível traçar, tendo em vista as moléstias que atingiram o núcleo urbano, além da utilização e cruzamento de diferentes fontes, como demonstrou a análise.

Evidencia-se com o presente trabalho como as epidemias tiveram um forte impacto na formação do espaço urbano, no tipo de população que se fixou na cidade, na urbanização e progresso de cidades circunvizinhas, e no êxodo urbano para as fazendas, onde os “ares eram puros” e a contaminação menos provável, num momento de grande entrada de imigrantes. As modificações estruturais ocorridas em São Carlos nesse contexto de transição do trabalho escravo para o livre, na pujança do complexo cafeeiro, de ataque de doenças e epidemias e transformações na urbanização, não são exclusividade dessa cidade. Muitas outras seguiram basicamente esse padrão, como é o caso de Santos e Campinas. Não ocorreram grandes intervenções urbanas como no Rio de Janeiro, pois São Carlos ainda estava em formação. Portanto, esse impacto é sentido nas leis aprovadas para as novas edificações e nos relatos de que a cidade se assemelhava a um canteiro de obras nesse período. Não se pode negar, entretanto, o impacto das doenças na estruturação da cidade e na vida das pessoas.

Referências

A OPINIÃO, São Carlos, 20 abr. 1899.

_____. São Carlos, 26 abr. 1899.

_____. São Carlos, 27 maio 1899.

AMADOR, Carlos. *São Carlos do Pinhal no século XIX*. Iguape: Gráfica Soset, 1997.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 18 abr. 1869.

www.pucsp.br/revistacordis

AUGUSTO, Joaquim (Org.). *Almanaque de S. Carlos*. São Carlos: Typographia Aldina, 1905. Anno 1.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; FRANCISCO, Priscila M. S. Bergamo (Orgs). *Estrangeiros no estado de São Paulo: dados censitários 1854-1950*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2002. 1 CD-ROM.

BRAGA, Antonio Carlos Vilela; HAYASHI, Maria Cristina P. I. (Org.). *Café, comércio, energia e comunicação em São Carlos: 1880 – 1920: fontes documentais e subsídios para pesquisa*. São Carlos: ASSER, 1995. (Série Documentos n.2).

BRAGA, Cincinato. *Contribuição ao estudo de história e geographia da cidade e município de São Carlos do Pinhal*. São Carlos: ASSER, 1994. (Série Documentos n.1.).

CAMARGO, José Ferraz (Org.). *Almanach Annuario de S. Carlos*. São Carlos: [s.n.], 1928.

CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 291-306, maio/ago. 1985.

CASTRO, Franklin de (Org.). *Almanach-album de São Carlos*. São Carlos: Typografia Artística, 1916-1917.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. 2.reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CIDADE DE S. CARLOS, São Carlos, 14 out. 1897.

CLUB da Lavoura. Estatística agrícola do município de São Carlos do Pinhal - 1899. In: BRAGA, Antonio Carlos Vilela; HAYASHI, Maria Cristina P. I. (Org.). *Café, comércio, energia e comunicação em São Carlos: 1880 – 1920: fontes documentais e subsídios para pesquisa*. São Carlos: ASSER, 1995. (Série Documentos n.2).

CÓDIGO de posturas de São Carlos. São Carlos: [s.n.], 1866.

_____. São Carlos: [s.n.], 1880.

_____. São Carlos: [s.n.], 1886.

_____. São Carlos: [s.n.], 1890.

DEVESCOVI, Regina de Campos Balieiro. *Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea, UFSCar, 1987.

DIÁRIO DE SÃO CARLOS, São Carlos, 09 fev. 1890.

_____. São Carlos, 11 fev. 1890.

_____. São Carlos, 14 fev. 1890.

_____. São Carlos, 12 mar. 1890.

_____. São Carlos, 24 maio 1890.

_____. São Carlos, 04 jun. 1890.

www.pucsp.br/revistacordis

DIARIO DE SÃO CARLOS, São Carlos, 22 nov. 1890.

_____. São Carlos, 17 dez. 1890.

ENCICLOPÉDIA de Município Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. (Municípios do Estado de São Paulo - r-z, v.30)

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GODOY, Joaquim Floriano de. *A província de São Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*. 2.ed. fac-sim. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

JUNQUEIRA, Marili Peres. *Nas entrelinhas dos jornais: cotidiano do imigrante italiano na imprensa de São Carlos (1880-1900)*. 1998. 236 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 1998.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição*. Santos: 1870-1913. São Paulo/Santos: Hucitec/Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. Campinas: 1850-1900. São Paulo: EDUSP, 1996.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, 1599? – 1884: contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

NEVES, Ary Pinto das. *São Carlos na esteira do tempo*. Álbum comemorativo do centenário da ferrovia (1884-1984). Ilustrações de Júlio Bruno. São Carlos: [s.n.], 1984.

O OITAVO DISTRICTO. São Carlos, 31 out. 1886.

O POPULAR, São Carlos, 30 jun. 1893.

O SÃO CARLOS DO PINHAL, São Carlos, 28 fev. 1896.

_____. São Carlos, 07 out. 1896.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... inventário da saúde pública*. São Paulo: EDUNESP, 1993.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/EDUNESP/Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1775*. Brasília: EDUnB, 1981.

SILVA, Kleber Pinto. *A cidade, uma região, o sistema de saúde: para uma história da saúde em Campinas-SP*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

www.pucsp.br/revistacordis

TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: EDUNESP, 1996.

TRIBUNA POPULAR, São Carlos, 24 nov. 1898.

TRUZZI, Oswaldo. *Café e indústria*. São Carlos: 1850-1950. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea, UFSCar, 1986.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Studio Nobel/EDUSC, 2000.

* Marili Peres Junqueira é graduada em Letras (Português-Italiano) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Câmpus de Araraquara/SP (1995), mestre em Sociologia (1998) e doutora em Sociologia (2004), todos pela mesma Universidade. Atualmente, é Professora Adjunta, ligada ao Departamento de Ciências Sociais (DECIS) – Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais (FAFCS), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: <marili.junqueira@gmail.com>.

Recebido em janeiro de 2009; aprovado em maio de 2009.